



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARINA MALACARNE**

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA  
DEMOCRÁTICA.**

**CHAPECÓ-SC  
2016**

**MARINA MALACARNE**

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA  
DEMOCRÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Me. Aurélia Lopes Gomes.

**CHAPECÓ  
2016**

**MARINA MALACARNE**

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA  
DEMOCRÁTICA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentada em banca de avaliação da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de pedagoga  
defendido em banca examinadora em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

Orientador (a): Prof. Me. Aurélia Lopes Gomes.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Aurélia Lopes Gomes- UFFS

---

Prof. Dr. Derlan Trombetta – UFFS

---

Prof. Dr. Antonio Valmor de Campos-UFFS

CHAPECÓ/SC, JUNHO DE 2016.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA  
DEMOCRÁTICA.

Autoria: MARINA MALACARNE\*

Acadêmica licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: marynamalacarne@hotmail.com

RESUMO:

O artigo tem por objetivo realizar a apresentação das determinações legais que orientam a construção do projeto político pedagógico numa perspectiva democrática e sua manifestação nos documentos (PPPs) de duas escolas de educação básica da rede estadual de ensino em Chapecó. Foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Não é possível a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo, tanto o projeto político pedagógico quanto a gestão democrática sofrem influências diretas das políticas públicas, essas determinam para as escolas públicas um modelo de gestão democrática, participativa, a obrigatoriedade de elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico escolar, esses buscam qualificar a educação pública criando identidades próprias, dando a escola autonomia e que são sustentadas por igualdade e inclusão sendo que esses são entendidos como eixos de sustentação. Verificou-se, por meio do estudo que os documentos contemplam e atendem ao que os autores definem e a legislação regulamenta sobre a perspectiva democrática e aponta para a necessidade da continuidade dos estudos para verificar sua efetivação no cotidiano das escolas pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE projeto político pedagógico escolar. Gestão democrática. Escola pública.

---

\* Acadêmica licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: marynamalacarne@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho de conclusão de curso é o PPP - Projeto Político Pedagógico, escolar e tem como objetivo buscar na legislação vigente subsídios que orientam o processo de elaboração democrática do projeto político pedagógico escolar, relacionando a sua efetivação em duas escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, no município de Chapecó. Esta é uma pesquisa qualitativa, cujo percurso metodológico escolhido foi à pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Para investigar quais aspectos definem a construção de um projeto político pedagógico escolar como democrático, o aporte teórico está baseado em autores que nos seus escritos propõem à elaboração do PPP como um processo participativo e democrático, neste trabalho será utilizado com referências Vasconcelos (2004-2007), Mendel (2008), Veiga (1998-2001-2002-2005). A análise documental utilizará documentos de duas fontes, uma da legislação federal e estadual, tais como: Constituição Federal de 1988, na - Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei 9394/96, Lei Complementar Nº 170/SED/SC/1998, Resolução Nº 17/99/CEE/SC e a Resolução Nº 4/SEB/MEC/2010, que contribui para contextualizar o surgimento do ideal de gestão democrática no país; outra fonte são os PPPs das duas escolas da rede estadual de ensino de Chapecó-SC, para verificar se eles se aproximam ou distanciam da perspectiva democrático participativa anunciada.

### **1. CONCEITUADO A ESTRUTURA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

Nesse capítulo farei análise do que os autores citados acima apontam sobre o que é o papel do PPP na escola e como ele deve ser estruturado para posterior a isso verificar nos PPPs escolares se essas características estão presentes começo então citando Veiga 1998 onde apresenta de que o PPP:

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo

que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade. (VEIGA 1998, p. 11)

O PPP conduz, assim, a responsabilidade de formar um cidadão participativo, responsável comprometido, crítico e criativo. O PPP não é algo isolado da escola e sim um processo interligado com a realidade escolar. A escola deve antes de tudo em seu PPP, demonstrar a identidade própria e vontade de mudar, dando a indicação necessária para o trabalho pedagógico que a escola irá construir durante o ano letivo.

Para Vasconcellos Projeto Político-Pedagógico é:

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2004, p. 169)

É com esse e outros conceitos de PPP que Vasconcelos remete à escola a responsabilidade de criar o seu próprio PPP participativo, é que deve ser aperfeiçoado e que só se concretiza na caminhada de construção, que é onde se define o tipo de ação educativa que se quer realizar, construindo a identidade da escola, condizente com a realidade da mesma, que junto com a gestão democrática deve fazer o papel de mediadora no processo de elaboração.

Segundo Mendel (2008, p. 104):

Cada PPP retrata a identidade da escola, sendo trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos, bem como clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão destes novos tempos.

No trabalho de construção e reconstrução do PPP aparecem características de participação, que são decisivo, esteja preocupado com a forma de organização do trabalho escolar, explicita a autonomia da escola, supere os problemas e que tenha compromisso na formação do cidadão.

É importante verificar como os autores sugerem a estrutura e a organização de um PPP, no sentido de orientar sua construção nas escolas, a fim de que conpirem a princípios norteadores das práticas cotidianas.

Vasconcellos (2004) traz três elementos básicos para a estrutura de um PPP que são eles o: “marco-referencial, diagnóstico e programação” sendo que o marco referencial é o elemento que traz a as finalidades para que o PPP seja realizado é onde se descreve as políticas e a filosofia da escola, do currículo entre outros e, para o autor, nesse processo algumas questões devem ser respondidas como: “que cidadão quer formar? O que trabalhar durante o ano letivo? O que deve mudar? Como vamos mudar?” (Vasconcellos, 2004, p. 23).

Já o diagnóstico é o elemento que apresenta a realidade da escola, a sua estrutura-física, corpo docente, trabalho pedagógico, e também pontua algumas questões básicas como: “como é a escola? Como é processo de ensino aprendizagem? Qual a realidade social, econômica, política e cultura que a escola possui?” (Vasconcellos, 2004, p.23) O diagnóstico também tem o dever de identificar as necessidades da escola.

O último elemento apresentado por Vasconcellos é a programação essa é a responsável pelo plano de ação do PPP onde estão também os objetivos, estratégias, ações entre outros.

Mendel (2008) também aponta na estrutura de um PPP o: “marco-referencial e o diagnóstico”. Sobre o marco referencial ele define que deve haver a participação da comunidade e da direção escolar e levanta algumas questões a serem respondidas como: “que alianças serão feitas? O que é qualidade de ensino? Qual é o currículo desejado?” (Mendel, 2008, p. 10-11).

Para Mendel, o diagnóstico apresenta a realidade da escola, e deve sempre estar relacionado com os aspectos do marco-referencial. Esse diagnóstico pode ser realizado por meio de entrevistas com a comunidade escolar, e deve responder algumas inquietações como: “o que é o ideal e o que temos? Que tipo de avaliação desejamos? Qual praticamos? Que tipo de currículo almejamos?”(Mendel, 2008, p. 12).

Veiga (1998) ao propor uma estrutura para o PPP denomina-os como atos, que são eles: “ato-situacional, ato conceitual e ato operacional” O ato-situacional está relacionado com o que descreve a realidade escolar, aquele que trata da situação social, política, econômica e cultural, é norteado por questões do seguinte modo: “como compreendemos a sociedade atual? Qual a população alvo da escola? Qual o papel da escola nessa realidade?” (Veiga, 1998, p.23).

Já o ato conceitual é aquele responsável pela concepção ou a visão que a escola deve portar perante a sociedade, o homem, o currículo, a escola, a o ensino aprendizagem. Também deve responder algumas questões como: “que tipo de aluno queremos? Para qual sociedade? O que significa construir um PPP como pratica social coletiva?”(Veiga, 1998, p.25).

O ato operacional é aquele prevê a ação, pode, além disso, ser um momento em que vamos investigar nossas finalidades, objetivos e metas, para firmar essas ações, necessita de algumas indagações como: “como redimensionar o fazer pedagógico? Qual o papel de cada membro da comunidade escolar?”. (Veiga, 1998, p. 26) sendo essa a ação social onde estão as metas, objetivos, estratégias, ações e onde são norteados por perguntas o que? Como? Quando? e quem? O que consiste no que ser quer trabalhar (objetivos), o como representa a forma que se vai trabalhar para cumprir o que esta nos objetivos, o quando é qual será o momento em que vai ser utilizado, e o quem representa os responsáveis pelo desenvolvimento.

Entende-se por PPP um documento obrigatório nas escolas da rede pública capaz de delinear objetivos, ações, diretrizes e processos educativos e que seja apta para dar a escola autonomia, capacidade de inovação, apontando rumo e direções a serem seguidos para a melhoria do processo no ensino aprendizagem.

## **2. LEGISLAÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

A legislação deve estar presente na construção de um PPP pois ela é capaz de dar a equipe responsável um eixo de sustentação pois é nas legislações que se apresentam princípios de democracia, de escola pública, entre tantas outras que serão apresentadas nesse capítulo, começando pela a atual Constituição Federal que vinha sendo pensada desde 1982 foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte , em 1988, é conhecida também como "Constituição Cidadã", teve com intuito garantir direitos civis e políticos à nação brasileira. Só em 05 (cinco) de Outubro de 1988 entrou em vigor essa constituição que trouxe ao Brasil aspectos de um país democrático.

É a partir dessa Constituição que o principio da gestão democrática foi construído momento em que o País passava por uma disputa de varias forças que concorriam para uma abertura democrática, como o País ia sofrendo alterações em sua democratização iam surgindo novas brechas na constituição dando ao país uma

cara de democrático, e com a queda da ditadura militar então se faz necessário verificar na legislação o movimento de democratização.

O artigo 206 da Constituição Federal explícita em seus incisos que a rede de escolas pública passa então a ter novos princípios, dentre eles o inciso VI determina como um dos princípios a: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei;”. (BRASIL, 1988, p. 95)

A partir de Constituição de 1988, outras leis em nível federal e estadual regulamentam com a implementação os aspectos que constituem uma gestão democrática na educação. A primeira grande discussão sobre a educação aconteceu com a elaboração da LDB - Leis de Diretrizes e Bases criada em 1961, com uma nova versão aprovada em 1971. No entanto, a atual LDB, a Lei nº 9394, sancionada em 1996, que vigora até hoje com alterações parciais por meio de leis complementares, conhecida como lei geral da educação brasileira, pois é ela que organiza o sistema educacional público e também fixa as normas gerais para as escolas a para os sistemas de ensino municipal e estadual.

Interessa, para este estudo, o que a Lei 9394/96 determina sobre o Projeto Pedagógico\* Nos artigos 12, 13 e 14 do Título IV que trata da Organização da Educação Nacional o tema é tratado mais especificamente, pois trazem como obrigatoriedade para a rede pública a sua elaboração e alguns encaminhamentos que denotam seu caráter democrático e participativo.

O artigo 12 da Lei 9394/96 apresenta que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, p.5). Na atualidade pode parecer que este seria uma incumbência natural das escolas, no entanto, no período militar, cuja tendência educacional adotada era o tecnicismo, quem elaborava os planos das escolas e dos sistemas eram os técnicos, contratados para isso. Essa foi a primeira grande conquista coletiva dos educadores do país.

---

\* No nível federal e municipal se denomina Projeto Pedagógico faz-se necessário um planejamento do que se quer realizar na rede estadual de Santa Catarina, as escolas utilizam o termo Projeto Político Pedagógico esse vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica.

O inciso I do artigo 13 da Lei 9394/96 determina que seja incumbência dos docentes “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. (BRASIL, 1996, p. 5). Outra grande conquista, que precisa ser assumida por todos os educadores, define a perspectiva da participação de todos na decisão de que caminhos a escola deve tomar. Vale ressaltar que a participação é um dos aspectos importantes ao processo democrático de gestão. O que vem corroborado pelo Artigo 14, da Lei 9394/96 ao determinar que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios; I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 6).

Apresentam-se, neste artigo pontos importantes que os estados passam a definir, ao discutir as suas leis no sistema estadual de ensino. Vale ressaltar a participação da comunidade, em forma de conselhos escolares, nas decisões referentes aos aspectos administrativos, políticos e pedagógicos para que se efetive democraticamente o processo educacional.

Em Santa Catarina Lei Complementar Nº 170, de 07 de agosto de 1998, que Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, em seu Artigo 2º define que:

Para os fins desta Lei Complementar: I - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas; II - a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias. (SANTA CATARINA, 1998, p.1).

O Artigo 18 da Lei Complementar Nº 170, de agosto de 1998 apresenta aspectos referentes à Gestão Democrática da Educação Pública.

Entendida como ação coletiva e prática político-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Estadual de Educação. (SANTA CATARINA, 1998, p. 5).

Esse artigo define que o caráter da Gestão Democrática da Educação Pública, passa por questões que nortearão a produção do Projeto Político Pedagógico escolar na rede estadual, pois é uma ação coletiva cuja prática político

filosófico está embasada em princípios do sistema democrático de ensino. Percebe-se aqui a necessidade da adoção de um embasamento filosófico que situe nos princípios anunciados no processo de abertura política em curso no país a partir da década de 1980.

Lei Complementar Nº 170, de agosto de 1998 apresenta ainda alguns direitos e deveres inerentes ao sistema educacional e aos profissionais envolvidos com a gestão, que são: fiscalização de aplicações de recursos; implementação e participação de projetos e calendário escolar, participação em concelhos deliberativos escolares com representantes da comunidade escolar, local e regional; e a participação na realização do Projeto Político Pedagógico deixando assim a escola ainda mais democrática e também participativa.

A partir daí em Santa Catarina a Resolução Nº 17/99/CEE/SC estabeleceu diretrizes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas de Educação Básica e Profissional, integrantes do Sistema Estadual de Educação. Essa Resolução Nº 17/99/CEE/SC propõe uma estrutura para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, definindo em suas considerações finais, no artigo 9º, que as questões pontuadas “são aquelas que não devem faltar em tal proposta, devendo as escolas criar e avançar nas suas concepções e formulações, decidindo democraticamente a respeito” (SANTA CATARINA, 1999, p. 2).

De acordo com Artigo 1º da RESOLUÇÃO Nº 17/99/CEE/SC, trata inicialmente a escola deve se preocupar em definir sua concepção filosófica, para: “garantir os direitos e os deveres preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil nos artigos 5º, 6º e 14, bem como os estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente” (SANTA CATARINA, 1999, p. 1).

Adoção de uma concepção filosófica que a escola queira seguir deve conter as concepções de mundo e ensino/aprendizagem dos alunos, definição dos objetivos gerais e específicos, função social da escola e as relações de poder “produzidas a partir de sólidas concepções doutrinárias e fundamentadas nos princípios de socialização do saber e solidariedade humana” (SANTA CATARINA, 1999, p. 01).

Em seguida a RESOLUÇÃO Nº 17/99/CEE/SC propõe que sejam apresentados aspectos referentes a organização escolar e terá como princípio “produzir as condições materiais para a efetivação da prática pedagógica” (SANTA CATARINA 1999, p 01), essa organização explicita princípios como: regime de funcionamento; espaço físico; organização do cotidiano escolar, recursos humanos; processos de planejamento anual; associação de alunos, pais e professores, grêmio estudantil.

No Capítulo III, o artigo 6º da RESOLUÇÃO Nº 17/99/CEE/SC trata da organização do processo de ensino-aprendizagem deverá explicitar: o número de alunos por séries e ou turmas em cada nível de ensino e sua justificativa dentro da filosofia proposta; as normas de organização e convivência da comunidade escolar; a função social e pública de cada integrante da comunidade escolar, quais sejam: alunos, pais, professores e especialistas, direção da escola, secretaria da escola, pessoal de apoio, APP, grêmio estudantil e outros; o processo de capacitação de recursos humanos intra e extra-escolar; as funções dos Conselhos de Classe e Deliberativo, enquanto instâncias de decisões coletivas, sociais e públicas;( SANTA CATARINA, 1999, P.)

Essa RESOLUÇÃO Nº 17/99/CEE/SC traz também elementos para a construção do calendário escolar para a materialização do planejamento anual/quinquenal; a função social e pública da biblioteca escolar e dos materiais didático-pedagógicos; as referências bibliográficas que fundamentaram a proposta filosófica e aquelas que darão suporte na materialização do processo de ensino-aprendizagem; as datas e semanas comemorativas como atividades suplementares e convergentes com a proposta formulada; o programa de formação de cidadania nas diversas áreas do conhecimento; o currículo, seus objetivos, metas, referências bibliográficas e, principalmente, como ocorrerá a materialização do mesmo; o processo de avaliação como forma de constatar a apropriação real de conhecimento, nas suas formas: cotidiana, bimestral ou semestral e anual e em decorrência destas, o processo de recuperação.(SANTA CATARINA, 1999, P.)

Artigo 7º da RESOLUÇÃO Nº 17/99/CEE/SC apresenta de que O projeto político-pedagógico terá a questão da educação e do ensino como a baliza

norteadora do processo e as questões tecnoburocráticas e administrativas deverão estar em função desta. É nesse artigo que apresenta o PPP como baliza norteadora. É isso que os responsáveis pela elaboração dos mesmos devem ter clara. (SANTA CATARINA, 1999, P.)

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação, retoma as discussões sobre a organização da educação básica, no sentido de readequá-la as modificações que foram sendo implementadas na própria LDB e por meio da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Que se encontra no capítulo I do título VII da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 artigos 42, dessa resolução apresenta como elementos constitutivos para a organização educação básicos: “o projeto político-pedagógico, regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática” (BRASIL 2010, p.13).

No que diz respeito ao que significa para a escola o Projeto político-pedagógico, o Artigo 43 do Capítulo I da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 traz que: “representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social”. (BRASIL, 2010, p. 13)

E o artigo 44 da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 aponta ainda aspectos referentes a estrutura do que coincidem com o que entendemos com as etapas para sua elaboração, são dez as etapas previstas na resolução que demonstram um caminho a ser seguido quando pensamos em construir coletivamente o PPP da escola. No inciso I aparece a necessidade do diagnóstico e histórico. “o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo” (BRASIL, 2010, p. 14).

Os incisos II e III da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 apresentam necessidade de se definir a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar: a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar; o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimento-cultura professora- estudante e instituição escolar; (BRASIL, 2010, p. 14).

Os IV e V da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 apresentam bases definições e fundamentos para a construção do “as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico; a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;” (BRASIL, 2010, p. 14).

O inciso VI da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 ainda desse artigo apresenta: “os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil)”.( BRASIL, 2010, p. 14).

Os incisos VII, VIII, IX da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 são os que apresentam as questões de acompanhamento e avaliação, anunciando programas governamentais que se incumbirão de implementá-los na busca da melhoria no processo de ensino aprendizagem:

o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar; o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes; as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo dados referentes ao IDEB e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros; (BRASIL, 2010, p. 14).

E para finalizar o inciso X da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 onde se apresenta: “a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional” (BRASIL, 2010, p. 14).

Com esse lavamento de dados sobre a construção de PPP nas legislações no próximo capítulo utilizarei essas como base para a análise de dois PPPs da rede estadual de ensino.



## 2. PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Nesse capítulo farei por meio da pesquisa documental, a apresentação dos PPPs de duas escolas de educação básica da rede estadual do município de Chapecó-SC, são escolas da periferia urbana, funcionam nos três turnos, nos níveis fundamental e médio. Para fins de manter o anonimato, necessários ao um relatório de pesquisa serão denominados como escola “C” e “P”. Ambas são mantidas pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Santa Catarina e compõem a 4ª Gerência Regional de Educação – GERED de Chapecó.

A escola “C” está localizada centro, na cidade de Chapecó, atende em torno de 924 alunos, distribuído em 03 turnos (manhã, tarde e noite), em 12 turmas de Ensino Fundamental e 13 turmas de Ensino Médio. Os alunos dessa escola residem em bairros próximos, sendo que apenas 19% no centro da cidade onde a escola esta localizada.

Sua equipe gestora é formada por: um diretor geral e duas assistentes de direção, um assistente de educação e um assistente técnico-pedagógico, dois orientador educacionais. O seu corpo docente é formado por 49 professores. Os serviços gerais são realizados por 06 serventes.

Além dos dados iniciais que caracterizam a escola no que se refere ao corpo discente e docente e a equipe gestora escolar, os dois PPPs tanto da escola “C” quanto da escola “P” apresentam primeiramente os aspectos históricos, sociais e culturais em que estão inseridas. A escola é descrita como um lugar capaz de se estabelecer relações, sendo essas sociais ou políticas, e também de proporcionar um espaço social onde se transmite e se produz saberes e valores culturais. Sobre a função social acrescenta que:

A escola também tem sua função social da qual se deve selecionar, organizar e sistematizar os conhecimentos historicamente construídos para que esses sejam socializados, apreendido e reelaborado pelos educandos nas diferentes instituições de ensino. (PPP escola “C”, 2011, p. 29).

A concepção filosófica da escola “C” (PPP escola “C”, 2011, p. 29) engloba a filosofia da escola, definindo que os conhecimentos são dados através das novas necessidades enfrentadas pelas escolas e geradas pelos conflitos, pela

heterogeneidade das novas relações criadas a partir dos confrontos de convivência é por esses motivos que a escola precisa exercer o papel de mediadora entre os novos conhecimentos e o cotidiano dos indivíduos, sendo capaz de oportunizar o acesso aos novos instrumentos pedagógicos, proporcionando a inclusão social de todos, levando em consideração as diferenças culturais existentes em nossa sociedade.

Ainda constam no capítulo da concepção filosófico-pedagógica, como sub item os objetivos que a escola busca para o ano letivo. O objetivo geral da escola consiste em:

Atuar como mediadora na construção do conhecimento e formadora integral dos alunos e da comunidade escolar, partindo de suas vivências do cotidiano, buscando atingir o conhecimento científico e a maneira científica de pensar, ressaltando os valores democráticos [...] (PPP escola “C”, 2011, p. 29)

Já nos objetivos específicos, para cada nível de ensino, fundamental e médio encontram-se aqueles referentes a cada matéria da grade curricular sendo essa do ensino fundamental e médio. Outro aspecto apresentado trata-se da metodologia adotada para que os objetivos sejam desenvolvidos “cumprir o desafio de construir um currículo afinado com a concepção de aprendizagem, levando-o a superação de práticas pedagógicas defasadas, quebra de paradigmas, educação inclusiva, construção e reconstrução de conceitos” (PPP escola “C”, 2011, p. 30).

O capítulo III do PPP da escola “C” apresenta a proposta curricular da escola, ou seja, a organização dos objetivos para as matérias da grade curricular; as grades curriculares de cada nível e modalidade de ensino; define sua concepção de currículo como: “um artefato social e cultural que implica em relações de poder e transmite visões interdisciplinares” (PPP escola “C”, 2011, p. 38). Cada um dos componentes curriculares da escola é explicitado na sequência do documento, apresentando seus conteúdos, objetivos e metodologias, referentes a cada um deles.

A avaliação adotada pela escola é a próxima parte do PPP, segundo o qual a avaliação deve ser: “Intencional – no sentido de buscar respostas aos objetivos educacionais; Significativa – porque reflete a concepção na qual está pautada”. (PPP escola “C”, 2011, p.87).

O objetivo de avaliar para a escola é o processo de possibilitar e aperfeiçoar o do ensino aprendizagem, avaliar as condições físicas, materiais e organizacionais da escola como um todo. Outros aspectos significativos sobre a avaliação, constantes do PPP são:

Possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem; aferir o desempenho do aluno quanto à apropriação de competências e conhecimentos em cada área de estudos ou disciplina; aferir o desempenho docente; avaliar as condições físicas, materiais e organizacionais da escola como um todo. (PPP escola “C”, 2011, p. 89).

A avaliação é separada para cada nível sendo fundamental e médio, o processo da avaliação valoriza também o desempenho do aluno e as notas alcançadas, a escola oportuniza ainda a recuperação para quem não atinge média 07, o processo de avaliação é processual e continua e leva em consideração que o aluno já sabia.

Seguido da avaliação o PPP da escola “C” apresenta os Projetos Pedagógicos a serem desenvolvidos no ano letivo, e as temáticas interdisciplinares que a escola trabalha envolvendo todos os alunos, datas comemorativas, oficinas. Apresenta em seguida as normas de convivência tanto para docentes, discentes e serviços gerais suas funções e finalidades dentre elas as proibições de uso dentro do espaço escolar.

A escola “C” em seu PPP pontua a importância do Conselho Deliberativo Escolar, esse deve ser uma instância de funcionamento permanente, cuja função é garantir a formação e a prática democrática na Escola. E a importância também da APP – Associação de Pais e Professores sendo que essa instituição é constituída por pais e professores da unidade escolar, e tem como finalidades específicas em seus estatutos, a APP pode e deve participar da Gestão Democrática da escola e cumprir sua função social, algumas de suas finalidades são:

Atuar como órgão representativo e organizador da comunidade escolar; Participar com a equipe gestora, corpo docente e demais entidades da comunidade escolar, na execução, avaliação e reelaboração do PPP, sugerindo e reivindicando inovações de cunho administrativo e pedagógico; Prestar contas do dinheiro público e privado à comunidade escolar, de acordo com as normas legais. (PPP escola “C”, 2011, p. 130).

Fazem parte da APP pais professores e alunos é eleita por meio de votação

em reunião de pais, apresentadas e tem duração de pose por dois anos.

O capítulo VI PPP escola “C” apresenta a dimensão física a qual possui um espaço amplo de área construída, e um bom espaço externo. Finalizando o PPP escola “C” apresentam-se as metas, ações e responsáveis, esses foram definidos de acordo com as prioridades da Escola, os planos de ação que se resumem em elevar a responsabilidade dos alunos, família e escola na construção do conhecimento, melhorar a acessibilidade e as organizações de todos os espaços da escola, desenvolver, conservar e etc.

A escola “P” localizada, no Bairro Jardim América, em Chapecó, atende alunos de bairros próximos. A gestão é formada por um diretor geral, duas assessoras de direção, duas coordenadoras pedagógicas, uma assistente de educação, duas assistentes técnicas pedagógicas, uma orientadora educacional. Seu corpo docente é formado por 48 professores; Atende-se nessa escola atualmente 670 alunos em três turnos (manha, tarde e noite).

Seguido da apresentação o PPP da escola “P” faz um breve relato da importância da construção do documento de anos anteriores e quais mudanças foram encontradas na escola a partir de que se começou a realizá-lo. A atual estrutura contém o papel da escola, que é definida como “ um lugar plural, onde se estabelecem relações sociais e políticas, espaço social de transmissão e produção de saberes e valores culturais.” (PPP escola “P”, 2015, p. 12).

Em seguida, apresenta sua proposta curricular orientada e articulada na concepção sócio interacionista, na perspectiva histórico-cultural, considerando os diferentes sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, embasados em conceitos de cidadania, autonomia e democracia (PPP escola “P”, PPP, 2015). Apresentam-se também as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental e Médio, levanta objetivos, metas e ações que correspondem às diretrizes e acompanha a metodologia do ensino articulado conforme os objetivos da grade.

A metodologia de ensino adotada é baseada em atividades que envolvem a interdisciplinaridade e diversidade de métodos, com a finalidade de tornar as atividades pedagógicas atraentes e que despertem a criatividade.

O processo de avaliação da aprendizagem tem como objetivo as reflexões sobre práticas de professores e alunos, não centradas no professor ou no indivíduo,

nem tão pouco objetivas medir capacidades e habilidades isoladas. “No processo de avaliação, também é oferecido recuperação paralela dos conteúdos trabalhados, que acontece simultaneamente ao processo de ensino/aprendizagem.” (PPP escola “P”, 2015, p. 27).

São características desejáveis do educando, na avaliação a: autonomia, comprometimento e responsabilidade, organização e análise crítica. Apresenta os direitos e deveres de alunas gestantes e alunos com problemas de saúde.

Na próxima parte constam os projetos a serem desenvolvidas na escola, como o de datas comemorativas, dia da família entre outros que se realizam no decorrer do ano letivo.

Nas dimensões administrativas, apresentam a organização da escola em sua complexidade de administração, pontuam normas que fundamentam princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática. Dimensões financeiras que tem o intuito de gerenciar verbas recebidas pela escola através de programas nacionais. Dimensões físicas onde está presente a extensão interna e externa da escola.

A escola “P” apresenta então em seu PPP as metas, ações e responsáveis sendo que essa caracterizam as prioridades da escola sendo algumas delas:

Elevar o desempenho acadêmico dos alunos; Aumentar a taxa de aprovação nas disciplinas e séries críticas (com maiores taxas de reprovação); Promover a formação continuada dos professores; Organizar grupos de estudo para planejar metodologias diversificadas a partir das dificuldades; Confeccionar materiais e jogos para utilização nas ações das diferentes disciplinas; Melhorar a qualidade dos processos da gestão e serviços da escola. (PPP escola “P”, 2015, p. 36).

Além das metas acima citadas, a comunidade escolar, também almeja as seguintes metas e ações: “Calendário Escolar que garanta estudos de fundamentação teórica e conhecimentos importantes para o processo Ensino Aprendizagem e Temas Transversais da Proposta Curricular do Estado.” (PPP escola “P”, 2015, p. 42).

No último capítulo o PPP apresenta sua consolidação e conclui-se que o principal pré-requisito para garantirmos um projeto pedagógico integrado às atividades educacionais requer ações compartilhadas com todos os segmentos (alunos, pais, professores, apoio pedagógico, assistente de educação e direção).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho oportunizou um aprofundamento no aprendizado iniciado com os componentes curriculares do curso, com destaque aos estágios quando tivemos contato direto com os PPPs das escolas. A inquietação sobre sua construção e os aspectos que o compõem foi se esclarecendo durante a realização desta pesquisa e leva a tecer algumas considerações e apontar possibilidades de sua continuidade em estudos posteriores.

Posso dizer então que o PPP é um documento que reflete a realidade da escola e situa-se em um contexto que sofre influência e que por ela também pode ser influenciado. Ambos os documentos analisados trazem aspectos que traduzem a história da escola assim como suas características e especificidades, previstas tanto na literatura quanto na legislação consultada.

Essas características apontadas nos PPPs das escolas “C” e “P” são embasadas segundo a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Que encontra-se no capítulo I do título VII, artigo 42, tal resolução apresenta como elementos constitutivos para a organização educação básicos: “o projeto político-pedagógico, regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática”

A organização escolar descritas nos PPPs segue as normas vigentes da Lei 9394/96 é a 170/98, explicitadas no capítulo I desse trabalho, os PPPs de uma maneira geral estão caracterizados conforme apresentado no capítulo II, Mendel, Vasconcellos e Veiga, o PPP na escola exerce seu papel de mediador do conhecimento e da à escola a capacidade da autonomia.

A proposta curricular desses PPPs estão orientadas pela Proposta Curricular de Santa Catarina, na concepção sócio interacionista e na perspectiva histórico-cultural, já seu quadro de ações e meta, que por Vasconcelos é chamado de programação e para Veiga é chamado de ato operacional sendo que esses devem conter o: o que? Como? Quando? E quem? Que estão previstos nos documentos e apresentam as metas, ações, objetivos.

Pela observação dos aspectos analisados para esse trabalho de conclusão de curso sou levada a acreditar que o documento escrito de fato define um PPP

democrático acompanhando o que os teóricos da educação e da gestão escolar propõem e também respeitam as determinações legais.

O Projeto Político Pedagógico conduz a escola criar sua própria identidade e proporciona também uma educação de qualidade, analisando os PPP observou-se de que esses pontos levantados anteriormente estão presentes no mesmo de forma significativa com isso ainda posso dizer que o PPP é um documento escolar que não deve ser criado e arquivado em meio a outros papéis na secretaria da escola e sim nortear e identificar o espaço escolar.

Esse também deve retratar identidade ao ser construído e reconstruído exigindo a participação de todos que compõem a comunidade escolar, elaborando-o com clareza; valorizando a diversidade cultural dos membros, como raças, etnia historia de vida.

Acredito que um estudo com este que apresento poderá ser seguido de uma verificação de sua real efetivação na Unidade Escolar a que pertence, e essa é uma possibilidade para estudos futuros.

**RESUMOS:****ESPAÑOL**

La elaboración del Proyecto Político Pedagógico en la perspectiva democrática

El artículo tiene por objetivo llevar a cabo la presentación de los dispositivos legales que guían la elaboración del proyecto político pedagógico en la perspectiva democrática y su manifestación en los documentos (PPPs) de dos escuelas de enseñanza pública estatal, en Chapecó. Fue hecho a través de la investigación bibliográfica y documental. No es posible la elaboración de un Proyecto Político Pedagógico colectivo sin la efectuación de una gestión democrática, es por la gestión democrática que se construye un proyecto participativo, tanto el proyecto político pedagógico como la gestión democrática sufren influencias directas de las políticas públicas, éstas determinan para las escuelas públicas un modelo democrático, participativo, la obligatoriedad de preparación, aplicación y evaluación del proyecto político pedagógico de la escuela, éstos, buscan calificar la educación pública, creando identidades propias, ofreciendo autonomía a la escuela y que son apoyadas por la igualdad e inclusión, de manera que estos son comprendidos como ejes de soporte. Se ha comprobado, por medio del estudio que los documentos contemplan y atienden a lo que los autores definen y la legislación regula sobre la perspectiva democrática y hace apuntamientos para la necesidad de continuación de los estudios para comprobar su efectuación en el cotidiano de las escuelas investigadas.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico. Gestión democrática. Escuela Pública.

**RESUMO INGLES:**

A Political Pedagogical Project construction in a democratic perspective

The article aims to carry out the presentation of the legal provisions that guide the construction of the political pedagogical project in a democratic perspective and its manifestation in the documents (PPP) of two elementary schools of the state schools in Chapecó. It was conducted through a bibliographical and documentary research. You can't build a Pedagogical Political Project collective without the realization of a

democratic, is the democratic management that builds a participatory project, both the political pedagogical project as a democratic management suffer direct influence public policy, they determine for public schools a model of democratic, participatory, the requirement for the preparation, implementation and evaluation of school teaching political project, they seek to qualify for public education by creating own identity, giving school autonomy and that are supported by equality and inclusion and these are understood to support shafts. It was through the study that documents come to attend to what the authors define and legislation governing on democratic perspective and points to the need for further study to verify its effectiveness in the daily lives of the surveyed schools.

Keywords: Political pedagogical school project. Democratic management. Public school.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) acesso em 05/06/16.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) acesso em 05/03/2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010.** Disponível em

Acesso em 05/05/2016

HOROSTECKI, EEB Prof Nelson. **Projeto Político Pedagógico**, 2011.

MEDEL, Cassia Rovená Mulin de Assis. **Projeto Político Pedagógico: construção e implementação na escola**, Campinas: Autores Associados Ltda, 2008.

PARIZOTTO, Valesca Carmem Reschk professora EEB, **Projeto político pedagógico**, 2015.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar Nº 170, de 07 de agosto de 1998.** Disponível em: [http://secon.udesc.br/leis/lei\\_170-1998.htm](http://secon.udesc.br/leis/lei_170-1998.htm) acesso em 05/03/2016

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 17/99/CEE/SC.** Disponível em: [www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../133-resolucao-no-1799-cee-de-130499](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../133-resolucao-no-1799-cee-de-130499) acesso em 05/03/2016.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2004.

\_\_\_\_\_, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª edição Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível.** 19ª Ed. Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.